Guerra e controle da informação: Brasil, 1914-1919

Tito H. S. Queiroz

A Primeira Guerra Mundial é um momento ao qual se dá pouca atenção na história do Brasil. Com exceção dos reflexos econômicos da guerra, as demais dimensões são geralmente negligenciadas pelos historiadores ou demais especialistas que se dedicam ao assunto. Mesmo sendo a guerra um dos principais acontecimentos do século XX, parece que o Brasil passou por esse período em brancas nuvens. Possivelmente, a pequena participação militar na guerra é um dos motivos a explicar a pouca atenção dada ao fato por aqui; outro é o fato de ainda se considerar a guerra mais europeia que realmente mundial.

Se deixarmos essa perspectiva de lado, notaremos que a guerra foi um momento de inovações para o Brasil em várias dimensões – escolhemos uma que julgamos significativa: o de como a guerra levou o Estado brasileiro a desenvolver ou reforçar estruturas de controle da informação.

Por controle da informação, queremos indicar medidas de caráter legal e institucional que possibilitaram ao governo brasileiro reter ou filtrar dados, notícias e manifestações ligadas à guerra no Brasil e à posição e atitudes governamentais em relação a ela.

Em relação a medidas de caráter legal, o controle da informação baseou-se, primeiramente, nos decretos emitidos pelo governo brasileiro para a manutenção da neutralidade. Com o envolvimento do país na guerra,

esse controle baseou-se na legislação de guerra brasileira. Em relação às medidas de caráter institucional, houve a organização de um serviço de contraespionagem e de alguns de censura.

Guerra e informação

Um dos aspectos inovadores da Primeira Guerra Mundial é que foi a primeira guerra instantaneamente global. A partir do momento em que as potências decidiram deixar-se arrastar para o conflito, as declarações de guerra e ordens de mobilização foram repassadas pelo globo através do espectro eletromagnético. Com o uso do rádio se alcançavam navios ou guarnições nas mais remotas partes do mundo, os informando imediatamente sobre a guerra. Pela primeira vez na história, possibilitou-se a mobilização quase imediata de forças por todo o planeta.

Assim, a informação – a velocidade da informação e sua virtualidade global tornaram-se uma das mais importantes dimensões (poderíamos até dizer, *armas*) da guerra.[1] Seu uso ditou ações em áreas distantes do epicentro europeu. Vejamos o caso do Brasil e como isso ditou as primeiras iniciativas em relação ao controle da informação.

Nos primeiros dias de agosto de 1914, enquanto as notícias da guerra fluíam pelos jornais brasileiros, outras movimentações iam sendo feitas ao longo da costa brasileira. Seguindo um planejamento anterior ao conflito, cruzadores alemães e britânicos se posicionaram para controlar as rotas de navegação que iam do Brasil à Europa.

Se comunicando pelo rádio, cruzadores alemães começaram a atacar navios dos países da *Entente* que saíam do Brasil. A primeira vítima foi o mercante britânico Hyades, afundado na costa do Rio Grande do Norte em 15 de agosto de 1914, pelo cruzador alemão Dresden. O aviso sobre a saída do Hyades dos portos brasileiros, foi passado por rádio emitido do transatlântico alemão Blücher (ancorado em Recife). O Dresden estava acompanhado por outros três mercantes alemães, que saíram dos portos brasileiros para abastecê-lo com víveres e carvão (o navio havia carvoado no Atol das Rocas, dias antes) e um desses navios, o Prussia, chegou ao Rio de Janeiro em 20 de agosto, ali desembarcando a tripulação do Hyades.[2]

Ao mesmo tempo, os britânicos começaram a posicionar cruzadores para fiscalizar os mercantes saídos do Brasil, usando as proximidades dos Abrolhos como base (com o tempo também teriam mercantes para

reabastecê-los). E suprimiram o cabo submarino que ligava o Brasil à Libéria (usado pela Alemanha para a comunicação com a América do Sul): assim além de "monopolizar o serviço de informações de guerra" os britânicos forçavam a Alemanha a utilizar apenas transmissões de rádio – que podiam ser captadas e codificadas pela inteligência naval britânica.[3]

Toda essa movimentação próxima ao Brasil alarmou opinião pública e governo. Os decretos de neutralidade feitos em agosto foram reforçados em setembro: aumentou-se a vigilância sobre a costa e o controle sobre a informação emitida a partir do Brasil – em especial, sobre transmissões de rádio clandestinas. As estações de rádio nos navios dos países beligerantes que entrassem ou estivessem internados nos portos brasileiros passaram a ter antenas arriadas e aparelhos lacrados e, em Santos, uma estação clandestina foi descoberta em setembro de 1914.[4]

Apesar de todas essas medidas, vários navios aliados e neutros foram afundados pelos alemães na costa brasileira entre agosto de 1914 e janeiro de 1918. A rede de espionagem montada pela inteligência naval alemã (*Ettapendienst*) no Brasil anos antes para apoiar ações contra a navegação de países inimigos manteve-se ativa e as contramedidas tomadas pelos britânicos – chegando mesmo a confeccionar uma *black list* para atingir empresas ligadas à essa rede não surtiram efeito – visto que os corsários alemães continuaram a agir na costa do Brasil durante quase toda a guerra.

Outro nível que ligava a guerra à informação foi a guerra de propaganda. Nessa, os aliados tiveram mais sucesso que os impérios centrais. Enquanto os alemães e seus aliados jamais conseguiram montar uma rede de propaganda eficiente no país, os britânicos e em menor medida, franceses, italianos e norte-americanos, conseguiram – por suas agências de notícias e serviços de propaganda (que em alguns casos, eram secretos, como a Wellington House britânica), cinema e outras mídias a conquista da opinião pública brasileira nos primeiros anos da guerra.[5]

Não havia censura prévia à imprensa (salvo em períodos de estado de sítio). Mas havia para espetáculos; assim, nem toda propaganda passava sem censura: no Rio de Janeiro, a peça *Águia negra* foi proibida em meio a uma disputa envolvendo a polícia, a legação alemã, uma companhia de operetas portuguesa e o Judiciário. A peça, que estreou em junho de 1916 e havia sido liberada previamente pela polícia, suscitou um tumulto na plateia durante a quinta apresentação "em consequência de cenas representadas de modo ofensivo a um dos países envolvidos na guerra europeia".

Além disso, uma nota da legação alemã ao governo brasileiro chamou a atenção para a situação "vexatória" representada pela peça "aos zelos de sua neutralidade". A companhia conseguiu que o Judiciário liberasse a peça, mas após uma entrevista do empresário teatral José Loureiro com o 2° delegado auxiliar, a peça saiu de cartaz, levando a companhia teatral a requerer um *habeas corpus*, negado pelo Judiciário a pedido do chefe de polícia Aurelino Leal, que invocou a ordem pública e a neutralidade do país. Pouco depois, em setembro, a ópera do maestro francês Ledoux, *Les Cadeaux de Noel*, foi censurada "por suspeita de ataque a Alemanha", mas acabou liberada (havia sido proibida antes em Buenos Aires, mas não em Montevidéu).[6]

Mesmo neutro, o governo brasileiro teve que desenvolver, nos primeiros anos da guerra, parâmetros e medidas para o controle da informação. Não só ações militares foram desenvolvidas ao longo da costa brasileira, como a guerra de propaganda podia criar problemas. Não surpreende, portanto, que com o envolvimento direto do país na guerra, esse controle se tornasse mais complexo.

Contraespionagem e controle da informação

Tanto quanto a campanha submarina irrestrita, as Américas foram levadas à guerra por telegramas alemães codificados pela inteligência britânica – caso do telegrama Zimmermann (propondo uma aliança do México e Japão com a Alemanha contra os EUA); e dos telegramas Luxburg – onde o representante diplomático alemão em Buenos Aires, propôs o afundamento de navios argentinos, a vinda de submarinos para a América do Sul para intimidar os países da região (especialmente o Brasil, que havia se apossado dos mercantes alemães) e que um dos objetivos alemães era a "reorganização" do sul do Brasil. Mesmo que virtuais esses comunicados legitimavam a causa aliada expondo as intenções do militarismo germânico.[7]

Os telegramas Luxburg foram usados como uma das justificativas para o "reconhecimento" do estado de guerra entre Brasil e Alemanha. Mas desde a sequência de afundamentos de navios brasileiros, a partir de abril de 1917, o governo havia começado a tomar medidas para controlar as atividades de informação dos alemães no país – de abril de 1917, são as primeiras informações sobre a montagem de um Serviço Especial de Contraespionagem.[8]

Esse serviço foi criado dentro do Corpo de Segurança Pública, umas das divisões da polícia "federal" (isto é, do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro). Essa polícia investigativa, contava com agentes à paisana (popularmente conhecidos como "secretas"), diretamente ligados ao chefe de polícia, ao Ministério da Justiça e Interior ou à Presidência da República. No período, o Corpo era dirigido pelo Major Bandeira de Mello.[9] Geralmente lidava com crimes comuns, conspirações e as greves do movimento anarquista. A guerra redirecionou o Corpo para a contraespionagem.[10]

Não se pode dizer que a questão da espionagem fosse preocupação nova no país. Na crise de 1908 entre Brasil e Argentina – suscitada pela interceptação do telegrama n. 9, enviado pelo Itamaraty ao Chile, o Itamaraty usou os serviços de um informante para ter acesso ao original do telegrama que o ministro argentino Zeballos divulgou e desacreditá-lo. O Código Penal da Armada (de 1891) previa penalidades para o crime de espionagem: variavam entre a pena de morte e de 10 a 30 anos de prisão com trabalhos forçados. O próprio Corpo de Segurança Pública descendia da polícia secreta (existente, desde o Império).[11]

Com a proximidade da guerra, os temores com espionagem aumentaram. Em 1913, o deputado federal Maurício de Lacerda clamava pela organização de um serviço de contraespionagem militar no país. Para reforçar sua tese aludiu a um caso de 1905, quando projetos de um projétil desenvolvido pelo tenente José Felix da Cunha Menezes foram roubados do gabinete do ministro da Marinha. Reapareceram pouco depois na Alemanha, fabricados pela Casa Ehrhardt. Além disso, navios alemães, britânicos, norte-americanos e argentinos faziam "sondagens" na costa brasileira, as fronteiras eram abertas e personalidades como Theodore Roosevelt faziam prédicas sobre a "conquista do nosso vale amazônico".[12]

Com a guerra, os temores se concretizaram. Em janeiro de 1915, o Itamaraty enviou um telegrama a todos os governadores, instando-os a "vigiarem as pessoas que lhes parecerem suspeitas, darem as buscas que forem necessárias, apreenderem aparelhos clandestinos e responsabilizarem autores diante de qualquer atentado contra nossa neutralidade".[13]

Outro estímulo aos temores veio de casos de brasileiros envolvidos com espionagem na Europa. Fernando Buschmann foi fuzilado pelos britânicos; Patrocínio Filho, ficou preso por mais de um ano, também devido à acusação de espionar para os alemães. E esses são os casos mais

conhecidos. Há outros dos quais só temos indícios: segundo um espião francês baseado em Lugano (Suíça) em 1917, o local vivia cheio de espiões, de várias nacionalidades: ele cita brasileiros dentre eles.[14]

O caso mais polêmico envolvendo atividades secretas no país ocorreu quando uma bomba explodiu no mercante britânico Tennyson, em fevereiro de 1916, matando três tripulantes. Como a bomba estava em caixas despachadas em Salvador e como houve a fuga de um bôer (Van Dan, aliás, Fordham, na realidade, um agente a serviço alemão, Frederick – também conhecido como Fritz – Joubert Duquesne) e de um alemão, Hermann Niewerth, que as haviam despachado, a suspeita recaiu sobre eles. Pressões britânicas levaram as autoridades brasileiras a investigar o caso, mas em maio de 1916, o Judiciário considerou o caso da alçada britânica (pela explosão ter ocorrido em alto mar) e nenhum dos implicados (incluindo três despachantes brasileiros que embarcaram as caixas) foi preso ou procurado.[15]

A legação alemã no Rio ainda utilizou uma tática de contrainformação para se desvincular do caso. O cônsul procurou Aurelino Leal e disse que Joubert o havia procurado pedindo dinheiro, numa "grosseira tentativa" de comprometer as autoridades alemãs, solicitando à polícia que o prendesse (mas ele já estava provavelmente em Buenos Aires; só seria preso nos EUA, em 1917).[16]

Os britânicos iniciaram então, um boicote ao porto de Salvador. Durou até novembro, quando o jornal Correio da Manhã publicou documentos revelando a insatisfação britânica com as autoridades brasileiras e que para reclamar do caso, um agente consular havia tentado uma entrevista com o governador baiano, J. J. Seabra (que de tão irritado com a intromissão britânica, teria pedido a "coronéis" correligionários que homiziassem Niewerth em suas fazendas – o que foi feito até abril de 1918, quando foi finalmente preso). Ainda que com o escândalo os britânicos saíssem desgastados, o caso evidenciou a presença concreta de agentes alemães no Brasil.[17]

Com o gradual envolvimento do Brasil na guerra, a formação de um serviço de contraespionagem passou a ser alvo de considerações. Um editorial do Correio da Manhã considerou que "agentes ao serviço de mais de uma potência estrangeira conseguem coligir informações de considerável valor" sem que as autoridades lhes impeçam. Pelo contrário, era fácil espionar: bastava subir ao Pão de Açúcar e se analisava as fortalezas

da baía de Guanabara; há hotéis e restaurantes em "pontos estratégicos" e muitos estrangeiros prestando serviços às Forças Armadas. Antes de se reorganizar a defesa nacional, era necessário adotar medidas administrativas e penais contra o "perigo da espionagem".[18]

Não existiu legislação para criar a contraespionagem. O serviço teria sido criado pelo presidente Wenceslau Braz, que escolhia até os agentes. O decreto 6640, de 30 de março de 1907, dava ao presidente poder de inspeção suprema da polícia do Distrito Federal, podendo até ordenar despesas reservadas. Com a entrada oficial do país no conflito, a verba veio dos créditos destinados à defesa nacional – contando a partir de então com 70 contos de réis mensais, repassados pelo Banco do Brasil ao Palácio do Catete, que empregava a verba segundo seus desígnios.[19]

O serviço de contraespionagem não atuou apenas no Rio de Janeiro, mas em outros estados "e ainda além das fronteiras do país". Seu alvo inicial foram os tripulantes dos navios alemães internados, muitos dos quais dispersos pelo país. Para informações sobre outros alvos, o serviço requisitou os registros dos súditos alemães (uma das medidas da "Lei de Guerra" – Lei 3.393, de 16 de novembro de 1917), feitos em todas as delegacias do país e até intimou – através das Inspetorias de Veículos, os donos de garagens a comunicar todos os serviços prestados a alemães. Centenas de denúncias também foram feitas. Entre outubro e novembro de 1917 (antes da censura à imprensa se tornar efetiva) noticiou-se o fechamento de estações clandestinas e a prisão de vários suspeitos pelo serviço.[20]

Há poucos indícios sobre como o serviço funcionava – destacamos um caso que parece mostrar um *modus operandi*. Em novembro de 1917, foi preso o holandês Balen, do Lloyd Holandês, devido a denúncias de que há meses ia a Jacarepaguá e Guaratiba, sempre em grupo, tirar fotos e levantar mapas. Bandeira de Mello mandou um agente (que "disfarçou-se em roceiro") vigiá-lo e prendê-lo. Balen só foi solto dias depois, por intermédio do ministro da Holanda que deu garantias sobre sua pessoa.[21]

A atuação do serviço foi criticada na imprensa nos meses seguintes, pois o serviço estaria "encabulado", por não ter conseguido prender nenhum espião. Além disso, folhetos de propaganda driblavam a censura postal "procurando manter nos meios alemães a ilusão de que os exércitos do *kaiser* caminham, realmente, para a vitória" – a solução comentava um artigo, seria criar um serviço de contraespionagem como o dos EUA.[22]

Se o serviço não prendeu nenhum espião confesso, sem dúvida, foi o maior responsável, ao longo de 1918, por enviar mais de uma centena de suspeitos para os campos de concentração. O serviço ainda vigiava as imediações dos campos e procurava internados que eventualmente fugiam.[23]

Enfim, em relação ao Brasil, mesmo a contraespionagem dos EUA não conseguiu muitos resultados. Quando, por exemplo, a inteligência naval dos EUA, o *Office of Naval Intelligence* (ONI), enviou seu agente Edward Breck (passando-se por um viajante suíço), em meados de 1917 para espionar a colônia alemã no Rio, ele nada conseguiu. Teve mais sorte dentre a colônia alemã de Buenos Aires.[24]

Pode-se dizer que a rede de informações alemã no Brasil diminuiu suas atividades, senão pelo serviço de contraespionagem, por todas as medidas restritivas tomadas contra alemães e teuto-brasileiros no país: o internamento em campos de concentração, a intervenção nos bancos, a liquidação das seguradoras, o fechamento de inúmeras associações, a neutralização da imprensa, a obrigação dos alemães se apresentarem regularmente às autoridades policiais e precisarem de salvo-conduto para se deslocar de uma cidade para outra... Além da hostil vigilância dos brasileiros – sempre lembrados pela mensagem presidencial de outubro de 1917, impressa nos periódicos e cartazes espalhados pelo governo: "– Estejam todas as atenções alerta aos manejos da espionagem que é multiforme, e emudeçam todas as bocas quando se tratar de interesse nacional".

Censura e controle da informação

Se a contraespionagem pôde ser montada antes da entrada do Brasil na guerra, a censura só pôde ser justificada a partir de outubro de 1917. Assim como a questão da espionagem, a da censura não era nova (por exemplo: dado o estado de sítio em abril-outubro de 1914, houve censura telegráfica e à imprensa no Distrito Federal). Assim como no caso da espionagem, nova era a estrutura montada para ela.[25]

A inspiração veio dos países já em guerra. Ela era visível, por exemplo, na correspondência censurada que vinha do exterior ou na censura sofrida por alguns jornalistas brasileiros na Europa.[26]

A censura pode ser vista como mais uma das medidas restritivas em relação aos alemães e justificada em termos de defesa nacional, mas ao contrário da contraespionagem (voltada a alemães, teuto-brasileiros ou

"germanófilos"), a censura atingia toda população, tornando este nível de controle da informação uma estratégia de controle social mais amplo.[27] Daí que as criticas tenham sido mais intensas – embora o governo prometesse que duraria apenas durante o estado de guerra, ela se estendeu um pouco além da Conferência de Versalhes e no caso do rádio, bem além.

Mesmo provisória, sua dimensão não deixava de ser surpreendente. Estabeleceu-se a censura prévia à imprensa (visível nos espaços em branco que começaram a aparecer nos jornais), censura postal (visível nos carimbos de "aberto pela censura" nas correspondências) e telegráfica; além disso, para controlar outras emissões no espectro eletromagnético, que não passassem pelo crivo dos Correios e Telégrafos, os decretos 3296, de 10 de julho de 1917 e 3508, de 10 de julho de 1918, declararam o controle do governo federal sobre a radiotelegrafia e radiofonia e penalizaram aqueles que explorassem atividades de rádio sem permissão do governo – delitos que dependendo das circunstâncias podiam ser classificados como atos de resistência à autoridade ou espionagem.

A censura à imprensa baseou-se na decretação do estado de sítio (no Rio, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) em meados de novembro de 1917, embora desde fins de outubro – pelo Aviso de 30 de outubro do Ministério da Justiça, tivesse começado no Distrito Federal (para impedir boatos alarmantes e informações de caráter estratégico). No Distrito Federal foi feita por funcionários do Ministério da Justiça, nos demais estados, por funcionários das Secretarias de Justiça e/ou policiais. Alguns estados, como Pará e Amazonas adotaram também a censura. As penalidades podiam variar entre o confisco da edição, prisão dos jornalistas ou suspensão do jornal. A imprensa em língua alemã foi proibida. Houve críticas pelo caráter discricionário da censura – ela não foi formalmente legalizada, mas seguia uma orientação genérica de controle da informação emanada pela Presidência da República (e uma tradição de censura típica dos estados de sítio) e foi adotada por governos estaduais onde sequer o sítio foi decretado.[28]

O órgão que mais reclamou foi O Estado de S. Paulo. Segundo o jornal, muitas matérias censuradas nada tinham a ver com a guerra, mas com críticas às oligarquias paulistas – com muitas ligações com o capital alemão. No caso do Amazonas a censura voltou-se contra apenas um jornal, A Gazeta da Tarde, após este ter criticado gastos de 80 contos na construção de uma linha de tiro pelo governo do estado. Criticou-se ainda

a falta de critério da censura: em agosto de 1918, por exemplo, a censura proibiu a notícia da partida da Missão Médica para a França no A Rua, mas a permitiu em A Noite. A "uniformidade de critério da censura" para evitar "desigualdades e violências" foi uma das teses aprovadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, em setembro de 1918.[29]

A censura postal e telegráfica foi feita a partir de novembro de 1917 pelos funcionários do Ministério da Viação (que administrava os serviços postais). Também não era totalmente nova: no governo do marechal Hermes, por exemplo, a imprensa carioca denunciava que correspondências eram violadas e funcionários eram mantidos no telégrafo para copiar telegramas. Havia uma censura telegráfica parcial desde a legislação da neutralidade: telegramas cifrados eram censurados e podiam ser recusados caso não obedecessem ao único código regulamentado.[30]

A censura à correspondência aos internados nos campos de concentração (já que era a Marinha que administrava os campos) e ao pessoal embarcado da Marinha de Guerra era feita pelo Estado Maior da Armada. Embora abrangesse todo o território nacional, os postos de censura existiam apenas no Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Pernambuco e Pará. A correspondência dos e para os estados sem postos, devia passar pelos postos mais próximos. A censura estendeu-se ao idioma: foram proibidas correspondências que não estivessem em português, inglês, francês, italiano ou espanhol (salvo a correspondência diplomática, que não era censurada).[31]

Como o Brasil "era a chave das vias telegráficas entre todos os países da América do Sul e a Europa", a censura telegráfica interessou aos aliados. Em março de 1918, o país aderiu à estrutura da censura telegráfica internacional dos aliados, sendo o serviço chefiado pelo ministro Oscar de Teffé, do Itamaraty, auxiliado pelo tenente William Young Reid, da Marinha dos EUA (representando ainda os governos francês e italiano). Assim esperava-se cortar as transmissões da Alemanha para o Brasil (a mais potente estação de rádio alemã, Nauen, tinha alcance até Pernambuco).[32]

A censura foi extinta parcialmente. Em 13 de novembro de 1918, uma ordem verbal do ministro da Justiça suspendeu a censura à imprensa no Distrito Federal (nos outros estados seria suspensa posteriormente: em São Paulo, teve que esperar subir um novo governo em 16 de novembro). Em 31 de dezembro de 1918 foi suspensa a telegráfica. Para as correspondências dentro do território nacional, em 25 de janeiro de 1919.

Na Marinha acabou em 03 de fevereiro de 1919. Para as correspondências internacionais em 22 de setembro de 1919. Ninguém se lembrou (ou quis se lembrar) das limitações impostas às atividades de rádio.[33]

As críticas à censura postal acentuaram seu caráter exagerado, pois mesmo em países como Itália e França, a censura só era exercida nas zonas consideradas de guerra. Criticou-se também sua duração, pois em meados de 1919, ela já havia sido extinta em muitos dos países nos quais havia sido adotada, mas continuava no Brasil. Outras críticas apontavam os prejuízos da censura ao comércio e o fato de que funcionários postais continuavam a censura, mesmo após sua extinção. Dentre as mais de quatro milhões de correspondências censuradas, 153.237 foram apreendidas.[34]

A polícia continuou a ser chamada no caso de possíveis suspeitos descobertos graças à censura postal. Também continuou a censurar espetáculos teatrais e cinematográficos. Houve pelo menos um caso de censura cinematográfica, no caso do filme *Pátria e bandeira* (1917): que teve uma cena cortada, pois fazia menções que ligavam a legação suíça com a espionagem, o que provocou protestos da legação.[35]

Por ironia, com o estado de guerra com a Alemanha, críticas ao governo alemão, antes proibidas, tornaram-se permissíveis: assim, a outrora proibida *Águia negra* foi liberada, tendo uma apresentação especial em novembro de 1917 num teatro carioca. Segundo notícias da época, a curiosidade do público em torno da peça fez com que as vendas de ingressos se tornassem "extraordinárias".[36]

Legados

Com o fim da guerra coincidindo com o do governo Wenceslau Braz, o serviço de contraespionagem foi aparentemente desmontado. Ao longo de 1918, o Corpo de Segurança havia voltado atenções para o movimento anarquista, cujas agitações dentre os marítimos (greves de estivadores, manifestações de marinheiros que não queriam ir para áreas de bloqueio submarino, encalhes e incêndios em navios e instalações portuárias, etc.) afetavam as contribuições do país aos aliados. Então, o Corpo de Segurança começou a trabalhar com a hipótese de que os anarquistas "estejam trabalhados por alemães", vinculando o anarquismo a uma ameaça à segurança nacional. A ocorrência da rebelião anarquista em novembro de 1918, reforçou essa vinculação mais ainda.[37]

Antes de ser esquecido, o Serviço de Contraespionagem propiciaria um breve escândalo em meados de 1919. Houve denúncias relativas ao desvio de verbas do serviço, algumas das quais, teriam sido direcionadas para o jornal O País, tornando-o favorável ao governo. Apesar de alguns debates na Câmara dos Deputados, o assunto foi logo abafado.[38]

De qualquer forma, o Serviço de Contraespionagem pode ser entendido como a primeira formatação de uma polícia (explicitamente) política. Como fez parte do Corpo de Segurança, há toda uma linhagem que o liga a seus sucessores: a 4ª delegacia auxiliar (1922), a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (1933) e o Departamento Federal de Segurança Pública (embrião da atual Polícia Federal) em 1944 e que tinha dentre suas preocupações iniciais a contraespionagem.[39]

A censura sequer desapareceu de todo. Às limitações legais a estações de rádio deve ser creditado, por exemplo, o atraso no desenvolvimento da radiodifusão no país. O início das rebeliões tenentistas e a continuidade das agitações envolvendo o movimento operário levaram a uma Lei de Imprensa em 1923, cerceando a liberdade de imprensa até então existente e tornando a censura mais comum. As rebeliões nos anos 1920 e 30, também levariam a vários períodos onde a censura à imprensa, postal e telegráfica seriam adotadas. Os estados de sítio, de guerra e as ditaduras que se sucederam ao longo do século XX no Brasil e a utilização por esses governos da censura foi tão ampla que seriam necessários alguns outros artigos para descrevê-la.

Até que ponto a experiência do Brasil na Primeira Guerra inspirou diretamente os desenvolvimentos posteriores é uma questão em aberto – embora a proximidade entre determinados eventos e a possibilidade de que determinadas personalidades envolvidas num primeiro momento ainda estivessem ativas posteriormente, possam vir a indicar relações entre ambos. Mas as experiências legais e institucionais para o controle da informação pelo Estado brasileiro devem ser levadas em consideração quando se trata dessa questão numa perspectiva mais ampla da história brasileira.

Notas

1. Impossível não fazer referência à "dimensão dromológica do poder" de Paul Virilio: "Aquele que tem a velocidade tem o poder". Virilio, P. *Guerra pura*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 49-50.
2. Chatterton, E. K. *Les coureurs de mers*. Paris: Payot, 1931. p. 55-59.
3. Abranches, D. de. *A ilusão brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 10. Na p. 251, descreve a rede de espionagem britânica no Brasil. Chack, P. La guerre des croiseurs. Paris: Société d´Editions, 1923, v. II; p. 27. Tuchman, B. *O telegrama Zimmermann*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, cap. 01.
4. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório* (1914 a 1915). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 41-89.
5. Queiroz, Tito H. S. Guerra e imprensa. *Comum*. Rio de Janeiro - v. 15 n. 33, julho/dezembro 2011. p. 35-36.
6. Leal, A. *Polícia e poder de polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918. p. 172; 219-224. "Les Cadeaux de Noel". Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 07 de julho de 1916, p. 04. "A representação do 'Les Cadeaux de Noel'". Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1916, p. 09. "Peças anunciadas". Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1917, p. 08.
7. Luxburg: Luebcke, F. *The Germans in Brazil*. Baton Rouge/London: Louisiana State University Press, 1987. p. 156.
8. "Contra os espiões alemães?" *A Razão*, Rio de Janeiro, 08 de abril de 1917, p. 01. Segundo a notícia, o serviço foi pensado na noite do dia anterior numa reunião entre Bandeira de Mello e o Dr. Machado Guimarães, para facilitar a ação da polícia em caso de emergência.
9. Gustavo Moncorvo Bandeira de Mello (c. 1879-1946) participou da Revolta da Armada como cadete do Exército, embarcado no cruzador legalista Guanabara e combateu na Ponta da Armação. Em 1907 era alferes do 2º Batalhão da Polícia Militar. Em 1909, como capitão, foi inspetor da Guarda Civil do Distrito Federal. Em 1910, na Secretaria da Polícia Militar, foi voluntário para a guarda do Arsenal de Marinha durante a Revolta do Batalhão Naval. Em 1914 era diretor da Escola da Polícia: foi então, promovido a Major. Em 1915, tomou posse como inspetor do Corpo de Segurança Pública (em meio a um escândalo envolvendo a inspetoria anterior). No fim desse ano e no ano seguinte descobriu as conspirações para implantar no país uma república parlamentarista, conhecidas como "Revolta dos Sargentos". Em 1919, promovido a tenente-coronel, deixou o Corpo de Segurança (interinamente entregue ao comissário Júlio Ribeiro, chefe da Seção de Ordem Social do Corpo e principal policial envolvido no desbaratamento da rebelião anarquista de 1918) e foi para o comando do 2º Batalhão da Polícia Militar, tendo se afastado para uma comissão que redigiu o *Guia do Distrito Federal*. Em abril de 1922, uma intriga do novo chefe do Corpo, o Major Carlos Reis, quis indispô-lo com o General Silva Pessoa, que em resposta o recolocou no comando do 2º Batalhão... Daí foi para o 5° Batalhão da Polícia Militar. Em 1924, comandava o 4° Batalhão da Polícia Militar e chefiava o serviço de defesa e pesquisas da seguradora Lloyd Atlântico. Em 1926, voltou para o Corpo (agora 4ª Delegacia Auxiliar), criticando seu caráter de polícia política em detrimento da investigação criminal; mas, reforçou o sistema de vigilância, utilizando mais a censura telefônica e ao que tudo indica agentes femininas. Ainda propôs uma "rede federal de vigilância política" que se estendesse a outros estados (como nos tempos da contraespionagem). Os comunistas ainda o acusaram de manipular verbas secretas e sindicalistas amarelos. Em fins

de 1926, alegando os "dissabores" da profissão se afasta da delegacia. Em 1927, de novo comandava o 5º Batalhão da Polícia Militar; mas em dezembro, o militante comunista Astrogildo Pereira (que havia sido preso por ele durante a greve da Cantareira em 1918) o viu em Corumbá, na fronteira com a Bolívia, alerta para movimentações da Coluna Prestes (o próprio Astrogildo iria se entrevistar com L. C. Prestes). Teria conseguido ele seu grupo de vigilância federal? Ao que tudo indica sim, pois em novembro de 1929, estava em Curitiba numa comissão com 40 agentes cariocas, um dos quais, num comício da Aliança Liberal, matou um oficial do Exército. É uma questão em aberto se esse era um serviço especial, como a contraespionagem, ligado à 4ª Delegacia Auxiliar ou uma divisão operativa da embrionária inteligência federal, o Conselho de Defesa Nacional. Em novembro de 1930 (até outubro comandava o 2º Batalhão) foi preso próximo a um incidente no quartel-general do Corpo de Bombeiros, onde quatro soldados morreram. Boatos o acusaram de tentar levantar o 5º Batalhão (com apoio de 400 estivadores e 1000 investigadores). Na sequência, pediu reforma (Carlos Reis, seu antigo desafeto, também foi reformado) e foi exonerado do magistério da Escola de Polícia. Em 1931, fundou uma agência de investigação, o Instituto Informator. A partir de 1934, chefiou o Serviço de Informações do Departamento Nacional do Café, lidando com desfalques. Fez parte da Associação Mantenedora do Orfanato Osório e do Clube dos Oficiais da Polícia Militar (foi um dos criadores da Revista de Polícia desse órgão em 1925). Fez parte da comissão que publicou os dois volumes da *História da Polícia Militar* do Rio de Janeiro (1925). Escreveu A Polícia Militar Federal. Contribuição para sua História de 1808-1909 (1909) e estudos geográficos. Em 1971, um prêmio com seu nome foi dado aos melhores cadetes da Academia da Polícia Militar.

10. Uma conspiração monarquista no Rio? *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1915, p. 01. O fato do dia – Mais uma conspiração. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 07 de abril de 1916, p. 03.

11. França, T. C. N. *Self Made Nation*: *Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso.* Brasília: UNB, 2007. Tese de Doutorado, p. 279. Brasil. Ministério da Guerra. *Relatório* (1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p. 157. O código da Armada foi estendido ao Exército em 1899. A Lei 3.397, de 24 de novembro de 1888, que estabeleceu a despesa geral do Império, no seu art. 3º, item 06, destinou 120 contos para as "despesas secretas da polícia".

12. O Brasil está cercado de espiões. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1913, p. 01. Apesar de tudo, o projétil foi utilizado pela Marinha do Brasil, sendo chamado de projétil "José Felix". Gama, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda., 1982, p. 71.

13. Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório* (1914 a 1915). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915. p. 64.

14. Vinhosa F. L. Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: IHGB, 1990. p. 64-68. Miller, M. *Shangai on the Métro*. Berkeley: University of California Press, 1995. p. 49-50.

15. Vinhosa F. L. Teixeira. Op. cit., p. 47-50. O "Tennyson". *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 04 de março de 1916, p. 03. "Um caso velho". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 10 de maio de 1916, p. 04. Só em março de 1917, um promotor resolveu que o caso tinha provas claras de "criminalidade": os três despachantes brasileiros – únicos ao alcance da lei, foram os primeiros a serem julgados, mas foram absolvidos. O caso do "Tennyson".

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de março de 1917, p. 03. O caso do "Tennyson". *O Imparcial.* Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1918, p. 02.

16. O Caso do "Tennyson". *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1916, p.03. Duquesne se tornou lendário: há até um verbete sobre ele na *Wikipédia*. Não encontrei referências na imprensa carioca de que o Corpo de Segurança possa ter prendido cúmplices de Duquesne (que A. Leal sabia terem vindo com ele de Salvador para o Rio, como afirmou na reportagem supracitada), mas num livro escrito durante a guerra pelo inspetor Tunney, da polícia de Nova York, há referências à prisão de um tal Bauer, no Rio de Janeiro, com papéis comprometedores de Duquesne. Tunney prenderia Duquesne logo após a entrada dos EUA na guerra (ele tentava então arranjar um emprego no serviço de propaganda de guerra dos EUA!). Tunney, T. J. e Hollister, P. M. Throttled! Boston, Small, Maynard & Comp. Publishers, 1919, p. 237-242. Ele simulou então uma paralisia para ser transferido para um hospital, de onde fugiu em 1919. Mandou depois uma carta a um amigo dizendo que fugira de avião para o México. "Um dos incendiários do 'Tennyson' fugiu da prisão". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1919, p. 01. Como nos filmes – o célebre capitão Fritz fugiu para o México. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 01 de setembro de 1919, p. 07.

17. O caso do "Tennyson" – Documentos Sensacionais. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1916, p. 01-02. O caso do Sr. Beresford. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1916, p. 01. A boicotagem da Bahia. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1916, p. 01. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1916, p. 01. Niewerth era funcionário da Siemens em Salvador, o que o tornava próximo à rede de informações alemã no Brasil, pois a empresa era ligada aos serviços de rádio alemães por todo o mundo. Ele teria sido preso graças à colaboração da Liga Pró-Aliados da Bahia e também por que a Lamport & Holt teria oferecido uma recompensa sobre o seu paradeiro. Para se defender das acusações de que teria ajudado a homiziar Niewerth, o chefe da polícia baiana, Álvaro Cova alegou que sempre tinha secretas à procura dele e que um tal Schirdler (ou Schroeder) o mantinha a par do paradeiro de Niewerth. E que José Rodolpho, o fazendeiro que o homiziava caluniava J. J. Seabra, pois havia uma teia de parentesco entre ele e a mulher brasileira de Niewerth, Evangelina. Em seu primeiro julgamento foi condenado a 12 anos e nove meses de prisão, com trabalhos forçados (uma penalidade prevista para espiões segundo o Código Penal da Armada). Mas em 1919, num novo julgamento, foi inocentado. Ao que tudo indica, o resultado teria sido influenciado por A. Cova, que no final do ano tentou usar Niewerth numa tentativa de atingir a oposição: Niewerth foi preso e declarou ter sido convidado pelos chefes da oposição para fabricar bombas como a usada no "Tennyson" contra o governo. A oposição desmascarou a tentativa e Niewerth continuava esperando um *habeas corpus* para sua soltura no início de 1920, quando sua história se perdeu em meio à confusão das lutas políticas baianas de então. O caso do vapor "Tennyson". *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 10 de abril de 1918, p. 07. Da Bahia. *O País*. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1918, p. 03. O epílogo de um drama no mar. *A Tarde*, Salvador, 07 de julho de 1918, p. 01. O atentado do "Tennyson". *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 14 de março de 1919, p. 05. Por instinto de conservação. *O País*. Rio de Janeiro, 11 de abril de 1918, p. 01. Foi absolvido o alemão Niewerth. *A Rua*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1919, p. 05. A proteção do governador ao autor do atentado do "Tennyson". *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1919, p. 01. O governo baiano engendra uma conspiração. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro

de 1919, p. 14. Um protesto do chefe de polícia. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1919, p. 08. O alemão Niewerth novamente em foco. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1920, p. 03.

18. A propósito de um alarme. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1917, p. 01.

19. Autêntico e oportuno. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 28 de maio de 1919, p. 02. As despesas de guerra no governo do Sr. Wenceslau. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1919, p. 02.

20. No C. de Segurança – a última ordem de serviço do inspetor Bandeira de Mello. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1919, p. 08. Os alemães presos vão ser internados. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1917, p. 03. O registro dos súditos alemães. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1917, p. 01. Medidas de prevenção. *O País*. Rio de Janeiro, 02 de novembro de 1917, p. 02. Em torno da espionagem. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1917, p. 07.

21. Um funcionário do Lloyd Holandês preso como espião. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1917, p. 03. As denúncias nesse caso partiram de *A Noite*, que recebia muitas cartas com denúncias e as repassava à polícia; o jornal reclamou quando da soltura de Balen e seus "cúmplices", como Jorge Schleiffer, alemão, professor da Escola Politécnica, que residia com Balen e revelava suas fotos; foi solto por solicitação do influente político Joaquim Murtinho. A espionagem. *A Noite*. Rio de Janeiro, 05 de novembro de 1917, p. 01. A espionagem – o vigário de Guaratiba fugiu. *A Noite*, Rio de Janeiro, 06 de novembro de 1917, p. 01. Espionagem. *A Noite*, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1917, p. 02. Um boche perigoso que está em liberdade. *A Noite*, Rio de Janeiro, 07 de novembro de 1917, p. 03. A imprensa de guerra britânica, de qualquer forma, se referiu ao caso como o de uma tentativa dos alemães comprarem terras para estabelecer uma base secreta de submarinos em Guaratiba...

22. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 de maio de 1918, p. 01. A propaganda alemã. *O País,* Rio de Janeiro, 21 de abril de 1918, p. 01.

23. Queiroz, Tito H. S. Campo de concentração São Gonçalo: a Ilha das Flores, 1917-1919. *Revista Científica FAP.* S. Gonçalo – v. 03, nº 01, 2011, p. 100-104. Em 1917, 153 suspeitos alemães foram enviados para o campo de concentração da Ilha das Flores. Além do Serviço de Contraespionagem, a Marinha possuía um embrionário serviço de informações, baseado nas capitanias dos portos, o Exército também possuía um serviço, mas devia ser mais embrionário ainda; não se sabe, se tais serviços se comunicavam com o Serviço de Contraespionagem.

24. Heiner, G. Edward Breck, Anglo-saxon Scholar, Golf Champion and Master Spy. In: *A Fetschrift for Hiroshi Yonekura on the Occasion of his 65th Birthday.* Tokyo: Eichosha, 2007, p. 43-44. Foi Breck quem conseguiu o telegrama Luxburg, entregue ao embaixador americano. Há fontes, porém, que apontam que os telegramas foram conseguidos pela inteligência britânica.

25. O Estado de sítio. *O País*, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1914, p. 02.

26. Queiroz, Tito H. S. Um correspondente de duas guerras mundiais: Raul Brandão & O Correio da Manhã. *Comum*. Rio de Janeiro - v. 15, n. 34, julho/dezembro 2013. p.78, 80.

27. Por outro lado, com o sítio, o Corpo de Segurança pretendia, além dos espiões, "sanear" o Rio "de todos elementos perniciosos": falsos mendigos, *cáftens* e o jogo do bicho: dividindo-se em uma seção preventiva e uma repressiva. As medidas da polícia durante o estado de sítio. *O Imparcial,* Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1917, p. 06.

Um editorial chamava a atenção de que o governo devia se precaver não só contra os alemães, mas também "contra as tentativas subversivas de agitadores revolucionários", ou seja, os anarquistas. "As providências do governo". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1917, p. 01. Os índices de ocorrências policiais (jogo e vadiagem) na cidade do Rio, apresentados por Marcos Bretas, parecem apontar que a precedência do trabalho político implicou numa atenção menor dada à criminalidade comum em 1917 e 1918. Bretas, M. *Ordem na cidade.* Rio de Janeiro, Rocco, 1997. p. 88-89.

28. Novas & Ecos. *A Rua*, Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1917, p. 02. Brasil-Alemanha. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1917, p. 06. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1917, p. 02. Novas & Ecos. *A Rua*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1917, p. 02. Policial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 1918, p. 03. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1917, p. 02. Telegramas dos Estados. *O País*, Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1917, p. 03.

29. Queiroz, Tito H. S. Guerra e imprensa. *Comum*. Rio de Janeiro - v. 15 n. 33, julho/dezembro 2011, p. 31; p. 48 n. 42. E o Amazonas não toma juízo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1918, p. 03. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1918, p. 02. Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas – Algumas das Teses Aprovadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1918, p. 06. .

30. Réu de todos os crimes. *A Noite*, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1914, p. 01. A censura no telégrafo. *A Noite*, Rio de Janeiro, 15 de junho de 1917, p. 04.

31. Queiroz, Tito H. S. Campo de Concentração São Gonçalo: a Ilha das Flores, 1917-1919. *Revista Científica FAP.* S. Gonçalo – v. 03, n. 01, 2011, p. 104. Ao que tudo indica, o serviço de censura da Marinha foi estabelecido em maio de 1918: GAMA, A. O. Saldanha da. Op. cit., p. 48. A repartição postal. *Pacotilha*, São Luís, 11 de dezembro de 1917, p. 01.

32. A censura telegráfica internacional. *Pacotilha*, São Luís, 16 de agosto de 1918, p. 02. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro, 09 de abril de 1918, p. 02.

33. Novas & Ecos. *A Rua*, Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1918, p. 02. Foi suspensa a censura da Imprensa. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1918, p. 08. Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório* (1918). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920, p. 220. A censura postal. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1919, p. 03. Ainda a censura postal na Marinha. *A Noite*, Rio de Janeiro, 03 de fevereiro de 1919, p. 03. Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório* (1919). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921, p. 483.

34. Albuquerque, Medeiros e. A censura. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 de maio de 1919, p. 01. Ecos & Novidades. *A Noite*, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1919, p. 02. Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório (1919). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1921, p. 484.

35. Queiroz, Tito H. S. Guerra e imprensa. *Comum*. Rio de Janeiro - v. 15 n. 33, julho/dezembro 2011, p. 48, n. 42.

36. Peças anunciadas. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1917, p. 08.

37. O incêndio do "Barbacena". *A Noite*, Rio de Janeiro, 06 de abril de 1918, p. 03. A tese de que as greves eram fruto da "intervenção oculta da Alemanha" foram cristalizadas por Pandiá Calógeras na sua síntese de 1930, *Formação histórica do Brasil*: Dulles, J. W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 59.

38. Autêntico e oportuno. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 de maio de 1919, p. 02. O escândalo foi aumentado graças ao depoimento de Aurelino Leal, dizendo que a verba

de 70 contos não ia para ele, chefe de polícia, mas para o Catete, onde o presidente os distribuía para "os jornalistas vendidos desta terra e com seus protegidos da política". A sua verba secreta Leal a usou só na polícia. W. Braz negou tudo.
39. Britto, A. *A sala dos detidos.* Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2011. p. 57, 69. Huggins, M. K. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 59-76.

Referências

Documentos oficiais

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório* (1900). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório* (1918). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Relatório* (1919). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório* (1914 a 1915). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

Livros, teses e artigos

ABRANCHES, Dunshee de. *A illusão brazileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITTO, Angela. A *"sala dos detidos"* – Atuação e ascensão da polícia política da Capital Federal do Brasil, 1920-1937. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011. Tese de Doutorado.

CHACK, Paul. *La guerre des croisiéres*. 2 vols. Paris: Société d'Éditions, 1923.

CHATTERTON, E. Keble. *Les coureurs de mers*. Paris: Payot, 1931.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FRANÇA, T. C. N. *Self Made Nation: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso*. Brasília: UNB, 2007. Tese de Doutorado.

GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Capemi Editora e Gráfica Ltda., 1982.

HEINER, G. Edward Breck, Anglo-saxon Scholar, Golf Champion and Master Spy. In: *A Fetschrift for Hiroshi Yonekura on the Occasion of his 65th Birthday*. Tokyo: Eichosha, 2007. p. 33-56. Disponível em: http://www.iaak.uni-bonn.de/people/gillmeister/gillmeister-contribution--to-yonekura-volume 16/06/14.

HUGGINS. Martha K. *Polícia e política – Relações Estados Unidos/América Latina.* São Paulo: Cortez, 1998.
LEAL, A. *Polícia e poder de polícia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.
LUEBKE, Frederic C. *Germans in Brazil – A Comparating History of Cultural Conflict During World War I.* Baton Rouge/ London: Louisiana State University Press, 1987.
MILLER, M. *Shangai on the Métro – Spies, Intrigue and the French between the Wars.* Berkeley: University of California Press, 1995.
QUEIROZ, Tito H. S. Campo de concentração: São Gonçalo: a Ilha das Flores, 1917-1919. *Revista Científica FAP.* S. Gonçalo – v. 3, n. 01, 2011. p. 94-114. Disponível em: http://www.faculdadeparaiso.edu.br/images/stories/revista_2011.pdf.
_____. Guerra e imprensa. *Comum*. Rio de Janeiro - v. 15, n. 33, julho/dezembro 2011. p. 21-57. Disponível em: http://www.facha.edu.br/revista-comum/Comum33.pdf.
_____. Um correspondente de duas guerras mundiais: Raul Brandão e O Correio da Manhã. *Comum*. Rio de Janeiro - v. 15, n. 34, julho/dezembro 2013. p. 76-89. Disponível em: http://www.facha.edu.br/revista-comum/Comum34.pdf.
TUCHMAN, Barbara W. *O telegrama Zimmermann*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
TUNNEY, Thomas. J. e HOLLISTER, Paul M. *Throttled! The detection of the German and Anarchist bomb plotters*. Boston: Small, Maynard & Company Publishers, 1919.
VINHOSA, F. L. Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IHGB, 1990.
VIRILIO, Paul. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Periódicos
A Noite.
A Razão.
A Rua.
A Tarde.
Correio da Manhã.
Jornal do Brasil.
O Estado de São Paulo.
O Imparcial.
O País.
Pacotilha.

Resumo
O texto analisa medidas de controle da informação adotadas pelo governo brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial, especificamente, serviços de contraespionagem e censura.

Palavras-chave
Primeira Guerra Mundial – Contraespionagem – Censura.

Abstract
This text analyses information control measures adopted by the Brazilian government during World War I, specifically, services of counterespionage and censorship.

Keywords
World War I – Counterespionage – Censorship.